



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA COMARCA DE TEFÉ – 05 DE AGOSTO DE 2025

Local: Câmara Municipal de Tefé

Horário: 09h às 14h

1. Apresentação

A audiência pública foi promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária, no âmbito do Comitê Estadual de Políticas Penais, para elaboração Plano Pena Justa, em cumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347, que reconheceu um "estado de coisas inconstitucional" no sistema prisional brasileiro e determinou que a União, estados e Distrito Federal, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), elaborassem planos para enfrentar a situação. O plano nacional, denominado "Pena Justa", foi homologado pelo STF, visando a melhoria das condições nos presídios.

Assim foi realizada audiência pública em Tefé, sendo a última de uma série de sete encontros regionais, com objetivo de promover a escuta qualificada de diversos atores do sistema de justiça criminal, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, familiares, egressos, pessoas privadas de liberdade e servidores, para a construção coletiva de diretrizes orientadas pela justiça social e pelos direitos humanos.

2. Abertura

A mesa de abertura da audiência pública foi composta pelas seguintes autoridades: juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM); major Belchior Marcos Rodrigues, Coordenador do Grupo de Intervenção Penitenciária, neste ato representando a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do estado do Amazonas; procurador do Município de Tefé Raphael Martins Borges, representando o prefeito municipal; vereador Lázaro Nogueira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Tefé; juiz Rômulo Garcia Barros Silva, titular da 2ª Vara da Comarca de Tefé; promotor de justiça Gustavo Van Der Laars, representando o Ministério Público do estado do Amazonas; Defensor Público Elton Dariva Staub, coordenador da Defensoria Pública no município de Tefé; e a Advogada Jéssica Thaís Martins, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Tefé.



O evento foi conduzido de maneira acessível, com recursos de audiodescrição e linguagem simples, em atenção à Resolução CNJ n. 401/2021 e à Instrução Normativa n. 103/2024.

3. Exposição Técnica

Após a abertura da audiência e fala das autoridades integrantes da mesa, a juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, coordenadora do GMF/TJAM, fez uma contextualização sobre o movimento nacional acerca da elaboração do Plano Pena Justa, explicando a decisão e a determinação do STF, bem como quanto à obrigatoriedade dos estados no estabelecimento de metas e efetivação do plano no prazo de três anos. Apresentou os objetivos e diretrizes do Plano Pena Justa, ressaltando a necessidade de articulação entre diferentes órgãos e a escuta das comunidades para formular políticas penais efetivas e regionais e, por fim, orientou sobre a metodologia que seria utilizada na presente audiência pública.

4. Escuta dos Órgãos do Sistema de Justiça e Sociedade Civil

Após a explicação técnica, foi recomposta a mesa, com as seguintes personalidades: juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM); Major Belchior Marcos Rodrigues, Coordenador do Grupo de Intervenção Penitenciária; juiz Rômulo Garcia Barros Silva, titular da 2ª Vara da Comarca de Tefé; promotor de justiça Gustavo Van Der Laars, representando o Ministério Público do estado do Amazonas; Defensor Público Elton Dariva Staub, coordenador da Defensoria Pública no município de Tefé; 3º Sargento Paulo Ney Santos Cavalcante, diretor da unidade prisional de Tefé; e a Advogada Jéssica Thaís Martins, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Tefé. A fala dos integrantes da mesa foi mediada pela juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, que fez a condução da audiência. Seguiram-se as manifestações:

- **Juiz de Direito Rômulo Garcia Barros Silva:**

O Magistrado iniciou sua fala fazendo um panorama da realidade da Execução Penal na Comarca. Narrou que, anteriormente, o município de Tefé dispunha de uma unidade prisional localizada em área urbana e em condições insalubres. Há aproximadamente três anos, foi inaugurada uma nova unidade na zona rural, com estrutura mais adequada. No entanto, apesar da melhoria estrutural, a unidade enfrenta sérios desafios, principalmente relacionados ao déficit de pessoal.

Atualmente, há apenas dois policiais militares responsáveis pela segurança do local, e a equipe de saúde atua graças ao apoio da Prefeitura Municipal de Tefé. A



unidade abriga 133 homens e 4 mulheres, sendo que cerca de 40% dos custodiados não são oriundos do município, o que se explica pelo papel de Tefé como cidade polo, recebendo presos de outros municípios da região. Tal realidade, contudo, tem gerado uma sobrecarga, visto que a capacidade da unidade já foi ultrapassada.

O juiz destacou ainda que, no tocante às mulheres privadas de liberdade, elas se encontram em uma ala destinada à visita íntima, mas situada dentro da estrutura masculina, o que evidencia a inadequação da custódia. Referiu-se a uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada especificamente sobre essa questão, na qual foi proferida sentença determinando que a custódia feminina ocorra de forma separada.

Relatou também a existência de outra ACP tratando do déficit de pessoal, que pleiteava a alocação de policiais penais. Considerando, no entanto, a carência desses profissionais em todo o Estado, a sentença autorizou, como medida alternativa, a contratação de empresa terceirizada, com o devido apoio do Estado.

Segundo o magistrado, as atividades de trabalho e educação na unidade são inviáveis em razão do número reduzido de servidores, sendo impraticável a organização dessas ações por apenas dois agentes. Além disso, a SEAP não tem prestado apoio em demandas básicas, como o fornecimento de uniformes. Por fim, o juiz asseverou que, embora o Estado tenha implantado a nova unidade prisional, não tem assegurado sua manutenção regular e adequada.

- **Promotor de Justiça** Gustavo Van Der Laars:

O representante do Ministério Público ressaltou a relevância da participação da sociedade civil e dos diversos órgãos institucionais na construção de um sistema penal mais justo. Destacou que essa construção deve considerar, de forma equilibrada, tanto os direitos dos apenados quanto os das vítimas.

Em relação às pessoas privadas de liberdade, frisou a importância de se assegurar o respeito aos seus direitos fundamentais, o que depende diretamente da existência de uma infraestrutura adequada para o cumprimento da pena, especialmente no que diz respeito à progressão de regime e à execução penal em geral.

Pontuou, ainda, que há falhas na organização e articulação entre as autoridades responsáveis, o que compromete a efetividade das políticas públicas no âmbito prisional. Nesse contexto, considerou positiva a adoção de soluções criativas, como as remições de pena por leitura e por trabalho, que, além de beneficiar os apenados, também trazem retorno positivo à sociedade. No entanto, advertiu que essas iniciativas demandam estrutura mínima de acompanhamento e gestão, sem a qual não é possível garantir sua efetividade.



Manifestou insatisfação com a morosidade no cumprimento das sentenças proferidas em sede de Ação Civil Pública (ACP), que, muitas vezes, levam anos para serem efetivamente implementadas. Por fim, afirmou que, na avaliação do Ministério Público, os servidores penitenciários têm desempenhado suas funções com grande empenho, mesmo diante da precariedade de recursos e infraestrutura. Com o devido apoio, concluiu, esses profissionais poderiam alcançar resultados ainda mais expressivos.

- **Defensor Público** Elton Dariva Staub:

O defensor público destacou o papel institucional da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) na garantia da defesa técnica e qualificada das pessoas em situação de vulnerabilidade, desde o momento do flagrante até o término da ação penal. Ressaltou, também, a atuação da instituição na fiscalização das condições carcerárias, com foco na identificação e denúncia de violações de direitos humanos, e no enfrentamento ao encarceramento desnecessário, especialmente de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social.

Enfaticou que a Defensoria tem como diretriz o combate ao racismo estrutural no sistema penal e a promoção dos direitos humanos de forma ampla. Nesse sentido, ressaltou a importância de políticas públicas voltadas à reinserção social das pessoas privadas de liberdade, superando a lógica puramente punitiva e priorizando medidas que favoreçam a dignidade, a cidadania e a não reincidência.

- **Advogada** Jéssica Thaís Martins:

A advogada informou que mais de 40 profissionais da advocacia atuam atualmente no município de Tefé, enfrentando uma série de desafios estruturais que se iniciam ainda na fase policial. Destacou que a insalubridade já se manifesta nas delegacias, onde o atendimento é precário e insuficiente, comprometendo o pleno exercício da defesa.

Como alternativa para a construção de uma pena mais justa, defendeu a celeridade na análise dos pedidos de liberdade, enfatizando que a morosidade processual contribui para o encarceramento prolongado e desnecessário de pessoas que poderiam responder em liberdade.

Ressaltou a importância da ressocialização dos apenados, que deve ocorrer por meio de parcerias entre o poder público e os diversos atores da sociedade civil. Por fim, apontou a necessidade de construção de novas unidades prisionais, tendo em vista que o município de Tefé, por funcionar como polo regional, já se encontra sobrecarregado com a demanda carcerária existente.



- **Sargento Paulo Ney Santos Cavalcante:**

O diretor da unidade prisional informou que está à frente da gestão desde o ano de 2019. Relatou que, inicialmente, a unidade funcionava em um prédio completamente inadequado, sem condições mínimas de habitabilidade, e com índice quase inexistente de oferta de trabalho e estudo aos internos.

A partir de 2020, com apoio da Prefeitura de Tefé, foram estabelecidas parcerias institucionais que possibilitaram melhorias significativas, especialmente na área da saúde e na implementação de programas voltados à remição de pena por meio do trabalho.

Desde maio de 2022, a unidade passou a funcionar em nova estrutura, mais adequada. No entanto, o diretor destacou que a falta de efetivo compromete o desenvolvimento de ações mais amplas, sendo possível realizar apenas os serviços básicos. Ainda assim, cerca de 35% dos internos participam de atividades laborais internas que promovem a remição de pena.

Informou também que 75% dos custodiados realizam remição pela leitura e aproximadamente 10% estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além disso, três internos cursam ensino superior na modalidade a distância, por meio de parceria firmada entre a SEAP e uma instituição de ensino superior local.

O diretor acrescentou que os apenados também atuam em atividades externas, como manutenção em escolas, igrejas e batalhão da Polícia Militar, com o objetivo de promover remição de pena. Por fim, destacou a oferta de cursos profissionalizantes, incluindo informática básica e manutenção de ar-condicionado, como estratégias de reintegração social e capacitação profissional.

5. Participações da Comunidade

Após as falas dos representantes do sistema de justiça que estavam compondo a mesa, foi disponibilizado espaço de fala a todas as pessoas presentes na audiência, para livre manifestação, conforme manifestações que seguem descritas.

Fala de Jaime (Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Amazonas - SINDEPOL/AM):

O representante do SINPOL iniciou sua fala com críticas ao Poder Executivo estadual, destacando que o governo do Estado do Amazonas não tem fornecido à Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) a estrutura necessária para o cumprimento de suas atribuições legais. Apontou que, muitas vezes, os recursos disponíveis não são efetivamente aplicados por falta de projetos adequados que permitam sua utilização.



Propôs uma ampliação do debate, trazendo à tona a situação dos policiais civis, que sofrem com acúmulo e desvio de funções, atuando frequentemente em condições inadequadas e com alto risco à integridade física e psicológica. Relatou casos vivenciados por policiais civis que são obrigados a realizar tarefas sem qualquer suporte logístico ou estrutural.

Segundo ele, essa situação de precariedade generalizada compromete a confiança da população nas instituições públicas, levando, em muitos casos, a sociedade a tentar fazer justiça com as próprias mãos, diante da percepção de ineficiência do Estado.

Por fim, defendeu a criação de unidades prisionais por calha de rio, como forma de descentralizar o sistema prisional e garantir que os municípios do interior do estado, especialmente os mais afastados, possam ter estruturas adequadas para a custódia e ressocialização dos internos, evitando a sobrecarga em cidades-polo como Tefé.

Fala de Renato Damasceno Bessa (Federação Interestadual de Sindicatos da Região Norte - FEPOL Norte):

Iniciou sua fala relatando a realidade da execução penal em Tefé, parabenizando o município por manter a delegacia sem presos provisórios – todos estão hoje na unidade prisional. Ele ressaltou que isso contrasta com municípios vizinhos e que, mesmo com apenas quatro policiais civis, a equipe local faz “muito com pouco”. Renato colocou-se à disposição para intermediar, em Brasília, demandas de pessoal e infraestrutura junto ao Ministério da Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça.

Fala de Odirley Araújo (Confederação Brasileira de Policiais Civis - COBRAPOL):

Utilizou do espaço para relatar a precariedade da situação dos policiais civis do interior do estado, em razão do alegado desvio de função que exercem, pois atuam como agentes penais. Ele recordou casos em Nova Olinda do Norte e São Paulo de Olivença em que policiais foram obrigados a agir além de suas atribuições típicas e, em um incidente, precisaram usar força letal para conter detentos. Odirley alertou que, sem instalações adequadas e definição clara de competências, tragédias como essas voltarão a ocorrer.

Fala do Padre Joaquim (Pastoral Carcerária):

O representante da Pastoral Carcerária iniciou sua manifestação lamentando que, apesar de toda a mobilização iniciada em 2008 — quando a Pastoral colaborou



com levantamentos topográficos e apresentou propostas para a construção da nova unidade —, o Conselho da Comunidade em Tefé esteja inativo há vários anos. Relatou que, no passado, o colegiado contava com representantes da sociedade civil, da OAB, da Defensoria Pública, do Ministério Público e de associações de familiares, realizando visitas regulares à cadeia, recebendo denúncias e promovendo pequenas mediações.

O Padre defendeu ainda, a criação de uma Casa de Albergado e a implementação de apoio logístico aos familiares de custodiados oriundos de outros municípios, incluindo transporte até a unidade prisional, localizada a cerca de 7 km da zona urbana de Tefé.

Por fim, ressaltou a importância da adoção de práticas de justiça restaurativa, que priorizem o diálogo e as substituições ao invés do mero encarceramento, citando exemplos bem-sucedidos em outros estados.

Fala de Daniel Barbosa (Vereador do município):

O vereador Daniel Barbosa parabenizou a realização da audiência pública e ressaltou a importância do diálogo para enfrentar a crise carcerária no Amazonas, destacando que a questão não é apenas de segurança pública, mas também social e de gestão de políticas públicas. Defendeu maior integração entre Judiciário, Executivo, Ministério Público, Defensoria e Legislativo, ampliação do uso de penas alternativas e fortalecimento da fiscalização das unidades prisionais, com atenção às especificidades do interior.

Propôs a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento Penal, parcerias com IFAM e SENAI para capacitação profissional de egressos, projeto de lei para incentivo à contratação desses trabalhadores mediante benefícios fiscais, campanhas educativas sobre direitos e deveres dos internos e incentivo à mediação comunitária como forma de prevenção da violência.

Sugeriu ainda a criação de um banco de dados municipal com informações sobre o perfil e as necessidades dos egressos. Ao final, propôs o reconhecimento legal de atividades religiosas e esportivas realizadas nas unidades prisionais como forma de remição de pena, alinhado ao Plano Pena Justa.

Fala de Elisete (Assistente Social e Coordenadora do NUCRES):

A Assistente Social enfatizou a importância de inserir assistentes sociais e psicólogos no sistema prisional. Ela relatou as atividades essenciais a serem desenvolvidas por essas profissionais no sistema carcerário, tais como planos de atendimento individualizados, apoio emocional, orientação em grupo e ações de



prevenção à reincidência, ressaltando que essas atividades são fundamentais para promover a dignidade e a reintegração dos internos.

Fala de Marcelo Macedo (Vereador do município):

O vereador, em seu primeiro mandato, registrou satisfação em participar da audiência e elogiou a nova unidade prisional de Tefé como modelo para outros municípios. Ofereceu apoio político e lembrou que condições dignas de custódia são pré-requisitos para qualquer política de ressocialização.

Fala de Raimunda Monteiro Medeiros (Coordenadora do CRAS):

A coordenadora do CRAS, representando a Primeira Dama do município e a Secretária Municipal de Assistência Social, destacou que a eficácia do Plano Pena Justa depende da articulação entre todas as esferas de governo. Ressaltou a importância do debate, destacando que o município de Tefé, polo regional, enfrenta sérias dificuldades, especialmente pela falta de recursos humanos no sistema prisional. Reconheceu o valor das propostas apresentadas e elogiou a atuação do diretor da unidade, que conduz o trabalho com competência e proatividade, mesmo diante de recursos limitados.

No mais, pontuou preocupação quanto à situação específica das mulheres, destacando que Tefé não possui delegacia especializada, o que é uma necessidade urgente por se tratar de cidade polo, com elevado volume de demandas.

Fala de Denise Monteiro (Assistente Social):

A assistente social relatou que, como servidora, vivencia de perto as dificuldades enfrentadas, que exigem esforço contínuo e repetitivo. Destacou a demanda constante de familiares por acompanhamento e a necessidade de um planejamento estratégico envolvendo todos os setores do município. Ressaltou que o atendimento especializado às mulheres carece de acolhimento e de espaço reservado, o que contribui para a revitimização. Defendeu, ainda, a oferta de cursos profissionalizantes como medida para reduzir a reincidência.

Fala de Francisca Andrade (Prelazia de Tefé):

A representante da Prelazia de Tefé informou que os agentes pastorais realizam visitas às delegacias em outros municípios, representando a Pastoral Carcerária. Colocou-se à disposição para contribuir no fortalecimento da organização e integrar o Conselho da Comunidade, manifestando apoio à proposta de criação do Conselho Municipal de Justiça.



Fala de Eugênio da Silva (Programa Atos 3):

O idealizador do Projeto Atos 3, chamou a atenção para o que considera a raiz social da criminalidade: a dependência química e a falta de políticas de prevenção. Ele pediu investimentos em programas de saúde e educação voltados a jovens vulneráveis, de modo a “fechar a torneira” antes que mais pessoas entrem no sistema prisional.

Fala de Izaide Campelo (Assistente Social e Contadora):

Izaide Campelo, assistente social, contadora, presidente da Associação Comercial do Município e do Conselho da Mulher Empreendedora, enfatizou a importância da ressocialização, destacando a necessidade de combater o preconceito existente na sociedade.

Relatou, ainda, o caso de uma mãe que afirmou preferir o filho preso, pois na prisão ele teria alimentação garantida e a família receberia o auxílio-reclusão. Nesse sentido, ressaltou a urgência em oferecer oportunidades de trabalho aos jovens como forma de prevenir a criminalidade.

Fala de Cássia de Paula (Fazenda da Esperança):

A presidente da Fazenda da Esperança em Tefé, apresentou o trabalho de acolhimento e ressocialização de homens e mulheres. Relatou que hoje existem — por força da demanda — vagas insuficientes para mulheres, o que a leva a encaminhar internas a outras cidades. Solicitou apoio logístico para ampliar a unidade feminina e melhorias de acesso (transporte, infraestrutura e parcerias institucionais), e agradeceu aos voluntários que mantêm o projeto funcionando.

Fala de Luanna Marley (Assistente Técnica do CNJ - PNUD):

Abordou a Política Antimanicomial e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), destacando a necessidade de estruturar os CAPS e enfrentar o uso abusivo de substâncias, que frequentemente leva a transtornos mentais. Ressaltou que essa é uma problemática nacional, com questões que muitas vezes chegam ao Judiciário, mas que deveriam ser tratadas como temas de saúde e educação. Enfatizou a importância da atuação das prefeituras para resolver questões estruturais e do fortalecimento dos serviços públicos de saúde e assistência social, a fim de prevenir a entrada de pessoas no mundo do crime.



6. Demandas Registradas

Por fim, após todas as falas, a magistrada Ana Paula de Medeiros Braga fez a leitura da sistematização das demandas sinalizadas, que foram as seguintes:

Demandas da Audiência Pública:

1. Realização de concurso público para Polícia Penal no Estado do Amazonas;
2. Reestruturação do Complexo de Cadeias Polos com adequação do quantitativo de vagas, inclusive para pessoas privadas de liberdade do sexo feminino;
3. Criação, em parcerias com outros órgãos, de projetos para remição de pena, com especial destaque para remição por práticas esportivas e recreativas;
4. Adequação e/ou criação de ato normativo do TJAM para maior celeridade na análise dos pedidos de liberdade;
5. Implementação da Justiça Restaurativa no município de Tefé;
6. Formação de Conselho da Comunidade;
7. Construção de Casa do Albergado;
8. Transporte gratuito para os familiares realizarem visita na unidade prisional;
9. Criação de um Conselho Municipal de Acompanhamento Penal para monitoramento e apoio das ações locais ligadas à população carcerária e egressa;
10. Parcerias com o IFAM, SENAC, SEBRAE e CETAM para capacitação profissional de internos e egressos com cursos de curta duração;
11. Criação de Centro de Acolhimento ao Egresso (estrutura municipal ou intermunicipal que ofereça suporte psicológico, social e profissional aos que deixam o sistema prisional);
12. Projeto de Lei Municipal incentivando empresas locais a contratar egressos com benefícios fiscais ou reconhecimentos públicos;
13. Campanhas educativas sobre direitos e deveres dos internos e incentivo à mediação comunitária como forma de reduzir conflitos e violência;
14. Criação de um banco de dados municipal com perfil dos egressos para facilitar o encaminhamento a serviços públicos e ao mercado de trabalho;
15. Direito à assistência religiosa, com realização de cultos e missas dentro da unidade prisional;
16. Fornecimento de cursos profissionalizantes aos internos;
17. Equipe técnica de Saúde fixa na Unidade;
18. Equipe multidisciplinar para apoio à unidade prisional;



19. Retorno da Delegacia da Mulher, para um atendimento especializado à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
20. Acompanhamento psicológico para os familiares das pessoas privadas de liberdade;
21. Instalação da Fazenda Esperança para atendimento da população do município.

7. Encaminhamentos

1. Solicitação à Prefeitura de Tefé para ajuda quanto à disponibilidade de um espaço para instalação da casa do albergado.

Dessa forma, a audiência foi encerrada, com agradecimentos e reconhecimento da relevância do evento e esta ata foi elaborada por Fernanda Priscilla Pereira Calegare, Felipe Batista das Chagas e Gabriella Ferreira de Andrade Martins, integrantes da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas e segue assinada por eles e pela Coordenadora do GMF/TJAM, Dra Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo e pelo Major Belchior Marcos Rodrigues, Coordenador do Grupo de Intervenção Penitenciária, representando a SEAP/AM, seguindo em anexo a lista de presença.

Tefé, 05 de junho de 2025.

Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo

Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF/TJAM)

Major Belchior Marcos Rodrigues

Coordenador do Grupo de Intervenção Penitenciária, representando a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-AM)

Fernanda Priscilla Pereira Calegare

Integrante da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas



Felipe Batista das Chagas

Integrante da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas

Gabriella Ferreira de Andrade Martins

Integrante da Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Políticas Penais do Amazonas